

A EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A PERSPECTIVA DE PROFESSORAS EXPERIENTES

THE EVOLUTION OF EVALUATION IN CHILDHOOD EDUCATION: THE PERSPECTIVE OF EXPERIENCED TEACHERS

Pâmela Leite de Andrade¹

Fabiana Vigo Azevedo Borges²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução da avaliação na Educação Infantil, considerando as recomendações legais e a perspectiva das professoras desta etapa de ensino, comparando as diferentes propostas avaliativas desde a promulgação da lei 9394/96 (LDBEN) e a Base Nacional Comum Curricular (2017). O trabalho é de cunho qualitativo, sustentado em pesquisas bibliográficas sobre o tema e na pesquisa de campo com dados coletados nas entrevistas realizadas com professores experientes da pré-escola, observando as modificações e a compreensão do processo avaliativo na Educação Infantil, bem como as influências legais no decorrer do tempo. Os dados coletados foram tabulados e analisados de acordo com as seguintes categorias: compreensão de Educação Infantil e avaliação, dificuldades na prática avaliativa e percepção sobre mudanças metodológicas. O trabalho foi embasado em teóricos como Hoffmann (2012) e Luckesi (2011) e documentos legais como LDBEN (1996) e BNCC (2017), entre outros. Os resultados apontam a compreensão do processo de avaliação na Educação Infantil, considerando as mudanças que ocorreram ao longo do tempo e as perspectivas dos professores sobre as suas práticas docentes diante a avaliação.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Avaliação, Acompanhamento docente.

¹Graduada em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: pamleiteandrade@hotmail.com

² Professora Doutora no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: fabianavigo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A avaliação educacional é um tema recorrente no cenário educacional, já que por meio dela podemos interpretar e acompanhar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

No contexto escolar, o termo avaliação é utilizado para referenciar as provas ou os momentos avaliativos com a intenção de classificar, quantificar, e até mesmo, punir, denominado exame. Entretanto, no contexto da Educação Infantil, a recomendação legal é de caráter prescritivo, já que segundo a avaliação deve ser realizada “[...] mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, **sem o objetivo de promoção**, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”. (Brasil, 1996, art. 31, grifos nossos)

Neste sentido, surgiu nossa pergunta inicial: “Como a avaliação é compreendida e realizada na Educação Infantil?” e ainda, “Qual o impacto da avaliação na vida acadêmica considerando a Educação Infantil?”. Diante desses questionamentos construímos a presente pesquisa com o objetivo de compreender a evolução, características e impactos da avaliação na educação infantil após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de (1996) e da nova Base Nacional Comum Curricular (2017).

Consideramos que a avaliação pode ter consequências para o futuro do aluno, entre elas a rotulação e a estigmatização. Uma avaliação feita de forma errada pode arruinar com o futuro dos pequenos, pois um educador que só olha para a “erro” do aluno em um simples teste, se esquece de analisar a incrível habilidade que ele tem de observar e expor fatos ocorridos. A criança deve se sentir livre, aprender no convívio do dia a dia, e não simplesmente realizar algo por medo da punição.

Sendo assim, este estudo investigou a perspectiva de professores experientes sobre o processo avaliativo na Educação infantil, visto que esse é um tema que vem sendo muito discutido e com divergências de opiniões, pois em muitos lugares a avaliação infantil é um instrumento formativo utilizado para diagnóstico de algum tipo de deficiência, não atendendo a real finalidade da etapa de ensino.

Dessa forma, levando em consideração a recomendação legal da lei nº 9.394 promulgada em dezembro de 1996, observamos a defesa e a garantia do desenvolvimento integral da criança em seus diversos aspectos, o que prevê um processo ensino-aprendizado coerente em todas as suas etapas, inclusive na

avaliação. Diante disso, a avaliação tem sido um tema relevante aos estudos educacionais, inclusive a partir das modificações instituídas após a promulgação da BNCC (2017).

Esse trabalho é relevante socialmente pois se preocupa com a etapa inicial da Educação Básica, e permitirá compreender as dificuldades das escolas e professores sobre o processo avaliativo.

A pesquisa tem o objetivo de dar uma clareza, sobre as mudanças ocorridas durante esse tempo, e a partir do levantamento das informações, chegar a uma conclusão, se as mudanças ajudaram os alunos a progredirem ou regredirem

Para desenvolver essa pesquisa objetivamos investigar e assimilar a perspectiva de professores experientes sobre a prática avaliativa da Educação Infantil, considerando as recomendações da lei 9394/96 (LDBEN) e da BNCC (2017). Bem como, analisar a percepção docente sobre as mudanças na forma de avaliar os alunos na Educação infantil; observar as diferentes indicações teóricas sobre o processo avaliativo na Educação Infantil; conhecer a opinião dos professores sobre o processo de avaliação; e compreender as práticas avaliativas utilizadas pelas professoras na pré-escola.

A metodologia desta pesquisa foi de natureza qualitativa, pois interpretou as modificações da avaliação na educação infantil destacadas nas práticas docentes das participantes. Para análise realizamos a organização em categorias: compreensão de Educação Infantil e avaliação, dificuldades na prática avaliativa e, percepção sobre mudanças metodológicas.

Neste sentido, este trabalho deve ser considerado uma pesquisa de campo com caráter exploratório, pois buscou informações e conhecimento, a fim de proporcionar mais familiaridade com o problema. O primeiro passo foi o levantamento bibliográfico de livros e documentos direcionados à avaliação na educação infantil. Em seguida, realizamos a coleta de dados com quatro professores da pré-escola, considerando sua visão sobre a avaliação no processo de ensino e aprendizagem. A entrevista foi realizada com 4 (quatro) professoras da rede pública de um município do interior de São Paulo que atuam na pré-escola com experiência de mais de 15 anos.

Os dados foram analisados de forma imparcial e sigilosa, de modo que cada um dos profissionais participantes da pesquisa terá suas informações pessoais preservadas. Para concluir a análise dos dados realizamos a interpretação com o auxílio do referencial teórico, permitindo uma compreensão do fenômeno estudado.

Para apresentar toda a pesquisa, este trabalho foi dividido em três seções diferentes e complementares. Na primeira seção apresentamos a educação infantil, como primeira etapa da educação básica. Em seguida realizamos a retomada histórica da avaliação na Educação Infantil, dando destaque ao assistencialismo e as punições existentes e também discutimos a perspectiva atual da avaliação na Educação infantil, destacando as recomendações oficiais. Na terceira seção apresentamos os dados coletados, indicando a perspectiva das professoras que atuam na pré-escola considerando a prática avaliativa.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL: CARACTERÍSTICA E CONSTITUIÇÃO DA ETAPA

A infância não era compreendida da mesma maneira que entendemos atualmente, durante muito tempo as crianças eram consideradas “adultos em miniatura”, com destaque para a era medieval (por volta do século XII). O autor Phillippe Ariès (1981) foi um dos pioneiros a discutir e estudar a importância da infância, quando após analisar pinturas e documentos antigos percebeu essa homogeneização da sociedade não levando nenhuma especificidade da criança em consideração, mostrando total desinteresse pela infância Ariès afirma que: “A criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim, homens de tamanho reduzido” (ARIÈS, 1981, p.18).

Ariès (1981) aponta o desinteresse à infância ao constatar o alto índice de mortalidade infantil na idade média, visto que os bebês ao nascerem eram entregues às amas, para serem cuidados, devido à pouca idade muitos morriam no caminho mesmo levando em conta as condições climáticas por exemplo, os outros eram deixados todos juntos e sozinhos, sendo privados dos cuidados mais básicos como higiene, alimentação e saúde, sendo assim era muito comum e pouco doloroso perder um filho, uma vez que a criança poderia ser substituída por outras futuramente. Isso pode ser notado no seguinte trecho:

De onde tiraste a ideia, meu irmão, vós que possuíis tantos bens e tendes uma filha – pois não conto a pequena – de mandar para o convento? A pequena não contava porque podia desaparecer. Perdi dois ou três filhos pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero (ARIÈS, 1981 p. 99)

Se conseguisse sair dessa experiência ilesos voltavam para sua casa, mais já sendo tratados como adultos em todos os aspectos: roupas, alimentação, atitudes e

principalmente no trabalho, que era esse o principal objetivo de ter filhos, coloca-los na lida, gerando exploração e maus tratos a essas crianças.

No Brasil esse cenário não se divergia muito, após serem exploradas e até mesmo vistas como fonte de distração, por serem “fofinhas”, mas com a Proclamação da República o país entrou em processo de crescimento e com ele a demanda das mulheres no mercado de trabalho aumentou muito, as primeiras creches e pré-escolas surgiram no início do século XX, onde a maioria foi criada por ações social, igreja ou até mesmo filantrópicas, o quadro de funcionários era composto prioritariamente por mulheres, que por sua vez geralmente eram voluntárias e sem nenhum tipo de formação ou conhecimento específico, inicialmente era visto como um lugar de proteção e cuidado, onde as mães podiam deixar seus filhos e irem trabalhar sossegadas, sabendo que as regras de bom comportamento e cuidados básicos estariam garantidos.

Na década de 70 a presença das mulheres estava ainda mais forte no mercado de trabalho, aumentando a procura por creches e pré-escolas, aumentando também o número de movimentos sociais a esse direito da mulher. Nesse momento já havia se percebido que as crianças não precisavam apenas cuidados básicos, mas também era necessário ser trabalhado o cognitivo, afetivo e linguístico, as escolas passavam de instituição assistencialista ao uma instituição de educação como um todo.

Toda essa trajetória gerou o processo de municipalização das creches e pré-escolas de todo o país, já a Constituição Federal, de 1988, destacava em seu artigo 208 que a educação é dever do Estado, efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

Atualmente, a Educação Infantil é valorizada como a primeira etapa da Educação Básica, já que oferece o ensino para às crianças de 0 a 5 anos de idade, dividida em duas fases: creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos), as quais se caracterizam como educação formal que devem ser oferecidas em instituições educacionais públicas e/ou privadas, em período integral, na maioria dos casos das creches, ou em período parcial, no caso de muitas pré-escolas.

Essa etapa de ensino assume o desafio de educar, cuidar e desenvolver plenamente a criança pequena, considerando todo o currículo previsto para essa fase escolar. Esse currículo está organizado nacionalmente desde 2017 quando foi promulgada a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que garante as aprendizagens essenciais para as etapas da Educação Básica.

Considerando a Educação Infantil, também podemos encontrar as recomendações curriculares indicadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, BRASIL, 2009) que em seu terceiro artigo apresenta,

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009).

Já a BNCC (2017) compreende o currículo como uma construção social das redes e sistemas de ensino pautadas no “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (...)” (p. 1), assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, que na Educação Infantil se sustenta nos eixos estruturantes das brincadeiras e das interações, consolidando o direcionamento indissociável entre o educar e o cuidar.

Diante desse documento normativo, podemos apresentar os seis direitos de aprendizagem da criança pequena que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se (BNCC, 2017). Esses direitos devem ser desenvolvidos por meio de campos de experiências e não mais em disciplina, permitindo um trabalho amplo e respeitoso à natureza infantil.

Os campos de experiência “constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, p.17). Eles são divididos em cinco campos, sendo eles: O eu, o outro e o nós, Corpo, gestos e movimentos, Traços, sons, cores e formas, Escuta, fala, pensamento e imaginação, Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (BNCC,2017). De forma geral, esses campos de experiência devem focar em práticas pedagógicas que promovam experiências, “nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações”. (BNCC,2017, p.17).

Sendo assim, concordamos que o documento permitiu reflexões aos diferentes contextos, inovou na compreensão da infância, pois amplia a nova discussão sobre a etapa superando a visão ultrapassada de crianças como tabulas rasa, valorizando-os como seres pensante e críticos.

Essa nova normativa curricular irá permitir a construção de novos currículos que direcionará práticas cotidianas em sala de aula, orientando metodologias e a própria avaliação, que é foco nesse trabalho. E por isso será discutida na próxima seção.

3 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ABORDAGEM HISTÓRICA E PERSPECTIVA ATUAL

A avaliação sempre fez parte da história educacional e as crianças não ficavam de fora de processo classificatório.

Com a promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/96 foi um marco histórico na compreensão da avaliação na Educação Infantil como um processo específico, com características singulares, pois:

Lei nº 9.394 (em dezembro de 1996), estabelece pela primeira vez, na História do Brasil, que (título V, capítulo II, seção II, art. 29) “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

Este foi um grande passo visto que, muito tempo antes a educação infantil, tinha apenas um caráter assistencialista.

Seguindo essa linha de compreensão, em 1998, foi criado o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (RCNI), com a intenção de guiar e orientar, sobre, conteúdos e práticas dessa etapa. Uma das orientações que é apresentada e sobre a avaliação.

A avaliação é um importante instrumento para que o professor possa obter dados sobre o processo de aprendizagem de cada criança, reorientar sua prática e elaborar seu planejamento, propondo situações capazes de gerar novos avanços na aprendizagem das crianças. (RCNEI, 1998, p. 157)

Ainda na LDBEN no Art.31, diz que: “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (Brasil, 1996).

De acordo com o descrito o papel do professor é mediar, facilitar e promover momentos de novas descobertas contribuindo assim para o desenvolvimento da criança. Mais uma vez o docente deve estar preparado para esse momento de registrar e ter pleno conhecimento do desenvolvimento de uma criança, para só assim não cometer erros em sua avaliação.

No quesito “sem objetivo de promoção” entra um outro questionamento, na educação infantil, faz-se avaliação ou acompanhamento da criança, no que se diz respeito à lei são os dois. Voltando ao (RCNEI) encontra-se a seguinte afirmação sobre avaliação:

É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. (BRASIL,1998, v.1. p.59)

As orientações do referido documento permitem apoiar a avaliação na Educação Infantil dentro de uma perspectiva formativa, já que possibilita a observação de todo o processo, guiando a ação docente conforme as características e necessidades das crianças, tal como prevê diferentes autores como Hoffmann (2012) e Luckesi (2011) que colaboram na construção de uma compreensão avaliativa inovadora.

Como vimos muitas mudanças foram feitas na educação brasileira, em especial na Educação Infantil, mas quando consideramos a realidade de sala de aula, ainda encontramos algumas práticas avaliativas de cunho tradicional, principalmente porque a sociedade ainda a valoriza como mais correta e assertiva, já que se baseia nos acertos e resultados positivos alcançados. Para Hoffmann (2009) esse sistema se torna muito vago pois identifica apenas as falhas de aprendizagem, discrimina e seleciona os alunos, trazendo à tona a ideia que nem todos podem estar na escola.

Diante dessa realidade, observamos uma cultura de medo perante as avaliações, inclusive na Educação Infantil no qual o medo atinge especialmente os pais, principalmente na pré-escola. Concordamos assim, com Macedo (1988) que afirma que muitas escolas ainda reforçam a ideia de medo durante as avaliações, não conseguindo alcançar o real objetivo avaliativo.

A criança não pode se sentir integrada a uma escola que lhe proporciona uma situação constante de prova, de teste, onde a tensão se mantém e onde a criança e sua família são prejudicadas e responsabilizadas pelo fracasso (...). São crianças que não passam numa prova de ritmo e sabem fazer uma batucada. Que não têm equilíbrio e coordenação motora e andam em muros e árvores. Que não tem discriminação auditiva e reconhecem cantos de pássaros (MACEDO, 1988, p. 48-51).

A realidade da educação infantil é complexa e dinâmica, por isso segundo Micarello (2010) as referências para a realização processos avaliativos geralmente

são identificados na criança em si e não em padrões inflexíveis nos quais o aluno deve se adequar.

A ação de avaliar na educação infantil deve ser vista pelo professor como forma de analisar o desenvolvimento e as aprendizagens dos seus alunos ao decorrer do tempo levando em consideração a realidade e o espaço escolar em que está inserido, bem como, as características individuais.

Hoffmann (1996) dedicou uma obra especificamente para a avaliação na pré-escola onde discute o real significado de avaliação nesta etapa de ensino e faz críticas aos métodos usados para esse fim, que não conseguem de fato identificar as especificidades da criança e seu real desenvolvimento. Um exemplo disso é a ficha comportamental aplicada normalmente ao final de cada bimestre ou semestre letivo, que utiliza modelos pré-estabelecidos por padrões gerais. A autora defende uma avaliação contextualizada que realmente compreende a criança pequena em sua totalidade, para ela:

acompanhar a criança em seu desenvolvimento exige um olhar teórico-reflexivo sobre seu contexto sociocultural e manifestações decorrentes do caráter evolutivo de seu pensamento, significa respeitá-la em sua individualidade e em sucessivas e gradativas conquistas de conhecimentos em todas as áreas. (HOFFMANN, 1996, p.07)

Nesta etapa de ensino, Hoffmann (1996), defende “um processo avaliativo permanente de **observação, registro e reflexão** acerca do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, embasador do repensar do educador sobre o fazer pedagógico”. (HOFFMANN, 1996, p.19, grifos nossos). Essa concepção avaliativa supõe um trabalho docente preocupado com o cotidiano e atento aos detalhes do processo de ensino-aprendizagem, no qual a observação, o registro e a reflexão sejam ações permanentes e constantes no fazer pedagógico, sendo necessário o docente ter disponível um caderno de observações dos alunos.

Complementando essa concepção Oliveira (2002) faz uma reflexão sobre a avaliação na infância quando diz que está “[...] implica detectar mudanças em competências das crianças que possam ser atribuídas tanto ao trabalho na creche e pré-escola quanto à articulação dessas instituições com o cotidiano escolar [...]” (p.255). Consolidando um fazer docente consciente das possibilidades e das intercorrências da realidade, levando o professor de Educação Infantil à um trabalho diferenciado no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem.

Para Borba (2005), a avaliação deverá ser utilizada para compreender a fase de aprendizagem em que o aluno está; visando adotar ações para alavancar o conhecimento do mesmo.

Segundo Zabalza (1998), a educação infantil geralmente utiliza instrumentos avaliativos que visam registrar o processo e os resultados possibilitando que, a partir da análise, sejam feitos reajustes referentes ao aluno individualmente ou ao grupo como um todo. Por fim, a avaliação deve dar um direcionamento ao planejamento do professor, auxiliando-o a tomar decisões metodológicas e de planejamento focando sempre o desenvolvimento dos alunos.

Toda observação deve ser acompanhada por uma ação reflexiva e pela compreensão do processo, com um sistema de registro detalhado e contextual, tal como defende os autores citados acima.

Para a realização de registro, encontramos diversos instrumentos que podem auxiliar os docentes. Esses instrumentos recebem diversas nomenclaturas, de acordo com a sua estrutura, tal como, portfólio e/ou dossiê, ficha avaliativa entre outros.

Conforme apresenta Gonçalves (2004), o uso do portfólio de aprendizagem é uma ferramenta pedagógica diversificada e muito útil na Educação Infantil. Ele se caracteriza por um conjunto de registros e informações sobre o trabalho pedagógico que foi realizado, fazendo a junção das produções dos alunos e as anotações docentes. A autora defende que a utilização desse instrumento dá um maior destaque ao processo de aquisição dos conhecimentos, e permite que o professor identifique o erro e o corrija em um tempo menor.

Para Bassedas (1999) e Barbosa (2004) Para os autores, a utilização dos relatórios possibilita que os professores observem e anotem todas as situações vividas pela criança. O relatório, segundo eles, é um instrumento valioso pois apresenta reflexões e registros tanto sobre a prática do professor quanto sobre o desenvolvimento individual ou em grupo do aluno, podendo ser utilizado também como ponto de referência para o planejamento e a auto avaliação.

Já as fichas de avaliação mostram-se como prática tradicional na Educação Infantil. Essas fichas se caracterizam como um instrumento de avaliação que contém parâmetros de desenvolvimento gerais, que devem ser analisados mediante legenda, geralmente composta pela posse ou não das habilidades pré-estabelecidas. A avaliação ocorre pelo preenchimento das fichas de avaliação sempre ao fim de algum período letivo.

Para Ciasca e Mendes (2009) a problemática desse instrumento gira em torno de anotações engessadas que não respeitam as especificidades de cada idade, sendo inseridas no contexto de forma isolada, totalmente fora do cotidiano dos alunos ou previsto pela professora. Segundo crítica das autoras as fichas usam “termos vagos e imprecisos que enfatizam somente as atividades e áreas do desenvolvimento das crianças que, muitas vezes, ainda não foram instigadas pelo professor” (p.303), ocasionando uma situação desconfortável para os profissionais que trabalham com crianças e tem que preencher essas fichas.

A tarefa de avaliar, quando executada apenas por caráter burocrático, sem uma formação adequada e sem um olhar crítico e observador, torna-se, apenas um registro fútil sem qualquer significado ou importância pedagógica. Segundo Angotti (apud OLIVEIRA, 1995, p. 56) “assumir papel de executoras de tarefas preestabelecidas por outrem quebra nas professoras um elo de coerência e responsabilidade frente ao seu próprio fazer”.

A prática avaliativa deve identificar os déficits de aprendizagem do aluno e não apenas pontuar o seu erro, como podemos identificar na fala de Lima (1999)

Quando uma criança erra uma tarefa proposta, ela denuncia, apenas, a ausência de estrutura mental para resolvê-la (quando evidentemente não for um problema de ordem efetiva). É necessário que se encare os resultados dos trabalhos realizados pelas crianças como um índice de suas necessidades ao invés de vê-los como uma sentença. (LIMA 1999, p.29)

Na educação infantil devemos compreender o erro como parte do processo de desenvolvimento, afinal, as crianças aprendem errando, tentando acertar, construindo as hipóteses e pensando sobre o conteúdo trabalhado. O erro, nesta fase escolar, não deve ser compreendido como fracasso de forma nenhuma, pois a criança precisa de estímulos positivos e experiências enriquecedoras para a construção do conhecimento e para seu desenvolvimento.

Observamos que após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, em 1996 (lei 9304/96), algumas experiências inovadoras nas práticas avaliativas iniciaram-se, fato que viabiliza a observação do aluno em seus aspectos cognitivos, afetivos e racionais de uma forma significativa e não com objetivo de promoção como é o caso de práticas denominadas de “avaliação formativa” e “avaliação mediadora”.

Para Macedo (2005) “é formativa toda avaliação que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver ou melhor, que participa de regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo” (MACEDO 2005, p.39), permitindo que o aluno observe sua própria evolução ou compreenda suas dificuldades.

De acordo Hoffmann (2012), as características da avaliação mediadora envolvem o educador ter olhar individualizado para a criança, ações reflexivas e um planejamento que proponha sempre algo significativo para a aprendizagem.

Entretanto, muitos profissionais ainda interpretam erroneamente a avaliação mediadora, compreendendo-a como uma prática de observação com um olhar de correção contínuo, bem como, um direcionamento incisivo do aluno, levando a ações extensas como por exemplo, seguir os alunos a todos os lugares. Muitos professores precisam compreender melhor a natureza da avaliação mediadora, compreendendo que a punição deve ser substituída pela compreensão, oportunizando experiências desafiadoras e enriquecedoras para o desenvolvimento dos alunos, em especial, na educação infantil.

Com base nessas informações cabe o professor fazer uma reflexão sobre suas práticas, entender o que realmente é uma avaliação de qualidade, principalmente quando se trata de educação infantil. Defendemos que a observação, acompanhamento e principalmente os registros devem ser constantes na prática docente do professor de educação infantil, assumindo-os como grandes aliados para a construção de experiências enriquecedoras e desafiadoras aos alunos.

4 AS PRÁTICAS AVALIATIVAS DOCENTES NA EDUCACAO INFANTIL: O QUE DIZEM OS PROFESSORES

Na seção apresentaremos os dados coletados com as entrevistas realizadas com quatro professoras com experiência na pré-escola na Educação Pública de um município do interior paulista. É importante salientar que as participantes serão referenciadas por letras do alfabeto, visando preservar suas identidades.

Conforme podemos observar na tabela abaixo, as professoras participantes possuem ampla experiência, já que todas possuem mais de 15 anos de magistério:

TABELA 1: Caracterização das participantes

Identificação	Idade:	Formação	Tempo no magistério
Professora A	36 anos	Pedagogia e Pós-graduação completa	16 anos
Professora B	64 anos	Pedagogia e Pós-graduação completa	33 anos
Professora C	43 anos	Mestrado	21anos
Professora D	42 anos	Pedagogia e Pós-graduação completa	20 anos

Fonte: próprias autoras

Podemos observar que todas as participantes possuem formação superior completa em Pedagogia e pós-graduação na área de educação, sendo que uma das participantes consta também um mestrado. Essa formação demonstra compromisso das profissionais com a atualização continuada, tão necessária na carreira docente frente aos desafios de sala de aula.

Especificamente quando analisamos as respostas frente a avaliação na educação infantil, observamos que todas elas afirmam que há um processo contínuo de acompanhamento dos alunos, no qual elas analisam a evolução processual dos mesmos. Abaixo indicamos alguns excertos das entrevistas que mostram essa percepção:

A Avaliação na educação infantil deve ser sempre em caráter diagnóstico, buscando elucidar o avanço que cada aluno teve, o quanto ele avançou no seu processo de construção da aprendizagem, nunca com o intuito classificatório. É uma avaliação do quanto cada aluno progrediu, do quanto ele superou suas dificuldades e desenvolveu habilidades. (Professora A)

Avalio o processo de desenvolvimento da aprendizagem do aluno. (Professora B)

Avalio o processo do aluno. Começo com uma avaliação diagnóstica assim posso identificar onde o aluno tem mais dificuldade ou facilidade, e a partir daí fazer agrupamentos e atividades adequadas para que ele evolua, cada descoberta e novo conhecimento adquirido conta no final. (Professora C)

Gosto de avaliar o meu aluno em relação a ele mesmo... Quais progressos obtive desde o início do ano até agora... O que ele sabe agora que não sabia antes... Isso implica em observar a criança... Que dificuldades apresenta, para poder auxiliar de maneira mais efetiva. (Professora D)

Essas percepções dos professores demonstram uma prática avaliativa condizente à avaliação defendida por Hoffman, que prevê o olhar sensível e reflexivo sobre a criança na prática docente, observando o processo de desenvolvimento em todos os aspectos. Segundo a autora a avaliação deve acontecer sempre de modo contextualizado para compreender a criança pequena em sua totalidade, acompanhar a criança em seu desenvolvimento, considerando o seu contexto sociocultural e

“manifestações decorrentes do caráter evolutivo de seu pensamento” (HOFFMANN,1996, p.07)

Sobre a mudança nas metodologias de ensino, apenas uma participante, citou significativamente essa questão apresentando que:

A minha educação foi com a cartilha Caminho Suave, bem tradicional, meu conhecimento era limitado àquelas páginas. Hoje, as crianças possuem um leque enorme conhecimento e estímulos, quando chegam em sala o professor precisa organizar todo esse conhecimento prévio de tantos assuntos que já possuem e transformar no conhecimento científico. A educação hoje, faz com que as crianças aprendem, além dos conteúdos da grade curricular, a terem uma visão de mundo, conhecimento e letramento. (Professora D)

Diante desse excerto podemos perceber que houve modificações na prática metodológica da Educação Infantil, especialmente quando consideramos a valorização dos conhecimentos prévios das crianças que são aproveitados no processo de ensino-aprendizagem, o que pode indicar uma mudança na compreensão do processo educativo nesta etapa de ensino. Essa indicação é destacada de modo indireto por Kramer (1999) que estuda o currículo pré-escolar, bem como, podemos referenciar a nova reorganização proposta pela BNCC (2017) que prevê os campos de experiências. Sobre esse aspecto destacamos as seguintes falas:

“Um avanço, é importante respeitar o desenvolvimento da criança e a BNCC traz muito claro o quanto a criança precisa ser respeitada, garantindo a ela desfrutar de forma lúdica de todos os direitos e habilidades que esta deve desenvolver na educação infantil, sendo a protagonista da sua construção de aprendizagem”. (Professora A)

“Sempre que se pensa em melhorar a educação é um avanço. A criança da educação infantil necessita do lúdico, das brincadeiras para desenvolver, sempre mudamos o nosso interior quando aprendemos algo novo quando reorganizamos o que já sabíamos quando mudamos o olhar, aprendemos a avaliar melhor nossos alunos”. (Professora D)

As percepções das professoras demonstram a compreensão da educação infantil como fase de descobertas e de diversas experiências, necessitando de uma prática docente que as respeite seu desenvolvimento. O educando deve ter uma formação que possibilite estabelecer contato com o mundo e a sua construção o que reflete na diversificação das metodologias.

Neste sentido, observamos citações de uso de metodologias mais ativas na Educação Infantil, segundo algumas participantes, há uma tentativa de inovação, que observamos nos seguintes trechos:

“Sim, com o uso de metodologias ativas os alunos tornam-se mais autônomos, participativos, criativos e capazes de trabalharem em grupo.” (Professora A)

“Eu só trabalho com metodologias ativa, o aluno se torna muito mais autônomo questionador, protagonista da aprendizagem, se desenvolvendo muito mais rápido e de uma forma significativa.” (Professora C)

Sendo assim, nós apoiamos em Oliveira (2010) que defende a especificidade da educação infantil pautada em práticas que valorizem o brincar e a imaginação, as vivências reais e o contato com a diversidade de experiências, permitindo a construção de conhecimentos sobre o mundo ao seu redor.

Sobre os conhecimentos prévios, nos pautamos em Salgado e Souza (2012) que defendem que “o professor deve considerar em suas práticas os conhecimentos prévios das crianças” por meio do uso de “alguns instrumentos metodológicos que favorecem essa investigação, iniciando pela observação cuidadosa delas, sendo que, quanto menores forem, mais atento deve estar o professor, visto que não se comunicam verbalmente” (SALGADO; SOUZA, 2012, p.23). Essa preocupação demonstra uma modificação na prática da educação infantil.

Diante dessa modificação na forma de realizar a educação infantil e tomando como foco a avaliação que é o objetivo desse trabalho observamos que as professoras apontaram uma prática diferenciada, coerente com as recomendações oficiais de uma avaliação formativa, próxima à prática de avaliação mediadora.

A avaliação na educação infantil deve ser sempre em caráter diagnóstico, buscando elucidar o avanço que cada aluno teve, o quanto ele avançou no seu processo de construção da aprendizagem, nunca com o intuito classificatório. É uma avaliação do quanto cada aluno progrediu, do quanto ele superou suas dificuldades e desenvolveu habilidades. (Professora A)

Avalio o processo de desenvolvimento da aprendizagem do aluno, procurando observar suas dificuldades e suas facilidades, estimulando o desenvolvimento a partir dos conteúdos trabalhados em sala de aula (Professora B)

A avaliação é um processo. Começo com uma avaliação diagnóstica assim posso identificar onde o aluno tem mais dificuldade ou facilidade, e a partir daí fazer agrupamentos e atividades adequadas para que ele evolua, cada descoberta e novo conhecimento adquirido conta no final. (Professora C)

Gosto de avaliar o meu aluno em relação a ele mesmo... quais progressos obtive desde o início do ano até agora... o que ele sabe agora que não sabia antes... isso implica em observar a criança... que dificuldades apresenta, para poder auxiliar de maneira mais efetiva. (Professora D)

Sobre a avaliação ser considerada um diagnóstico para as ações docentes e para o planejamento, podemos perceber essa preocupação especialmente na professora A, o que demonstra que há uma compreensão do processo de ensino como fator determinante do sucesso na aprendizagem. Coerente ao que foi destacado pela professora encontramos na LDBEN em seu Art.31 a descrição que a avaliação na Educação Infantil se faz mediante acompanhamentos, sem o objetivo de promoção, ou seja, não tem o intuito de classificar ou rotular o aluno e sim orientar o professor na ressignificação do seu trabalho pedagógico quando necessário. Corroborando com essa ideia, Borba (2005) diz que a avaliação será uma forma de compreender o nível de aprendizagem do aluno e possibilitar a identificação de ações para alavancar o desenvolvimento do aluno

Em relação a avaliação da linguagem oral e escrita, o (RCNEI), esclarece que devem ser considerados todos aspectos incluídos no processo de alfabetização de crianças de cinco anos, considerando-os como referência, e respeitando as diferenças entre elas, pois a avaliação deve assumir “caráter de análise e reflexão sobre as produções das crianças” (BRASIL, 1998).

Em relação ao medo e a insegurança que os alunos apresentam no processo avaliativo indicado pelas professoras, podemos nos pautar na fala de Luckesi (2011) que destaca que o erro pode ser interpretado a partir de uma “visão culposa”, que tradicionalmente é herança da avaliação classificatória, que “tem conduzido ao uso permanente do castigo como forma de correção e de direção da aprendizagem” (p. 133).

Já considerando as dificuldades vivenciadas na prática avaliativa, podemos perceber a indicação de dificuldade na avaliação da escrita do aluno, como também as avaliações externas e da falta de parâmetros nelas, e o medo do aluno em relação ao processo de avaliação, que indicaria a insegurança em demonstrar o seu conhecimento. Observe os trechos que indicam essas dificuldades:

Devido a lecionar por muitos anos na alfabetização não encontro dificuldade para avaliar meus alunos. (Professora A)

É fazer com que alguns alunos mostrem o seu conhecimento na hora de escrever, eles são muito dependentes ainda e ficam inseguros e com receio do erro. (Professora B)

Não ter um parâmetro de avaliação externa, no caso dos registros eu faço cotidiano e quais foram minhas ações para melhorar seu desempenho. (Professora C)

Em sala de aula, o grande número de crianças, os excessivos projetos paralelos, datas comemorativas... lembrancinhas... o professor leva muito tempo ensinando conceitos, organizando o tempo de aula que serão divididos com tantas outras coisas, que acaba tendo dificuldade nessa observação mais atenta... É necessário muita organização e disciplina do docente para não deixar nenhum aluno sem receber o olhar atento do professor. O nosso trabalho pode ser mais facilitado se o professor for fazendo registros individuais das crianças, ao observar progressos ou dificuldades. (Professora D)

Sobre as dificuldades indicadas podemos pautar nossa análise em Kramer (1989) que traz uma crítica a todos os níveis de ensino pois em sua maioria o objeto avaliado é apenas o aluno revelando o caráter de poder e autoridade de muitas instituições escolares. A autora ressalta a importância de deixar para traz essa forma de avaliar que visa classificar e apontar os “erros” dos alunos.

A autora defende que a avaliação deve ser dinâmica, buscando sempre transformar o trabalho de uma forma ativa, oportunizando a reflexão e introdução de toda equipe e comunidade escolar como fonte de avaliação.

Nessa mesma linha de pensamento Marques (1975) destaca que:

A avaliação do aluno é um dos problemas mais críticos das atividades do professor e provavelmente esta é a tarefa, das tantas que desenvolve, que apresentam um maior grau de incertezas relativo ao acerto ou não de proceder deste ou daquele modo. (MARQUES 1975, p. 36)

Por fim, Zabalza (1998) afirma que quando se tratada educação infantil, não existem verdades concretas, que cada ação pode e deve ser questionada e refletindo sempre sobre a possibilidade de que nosso trabalho não esteja sendo feito com excelência. Por isso é importante ressaltar que, o processo avaliativo na educação infantil deve sempre respeitar as especificidades das crianças e suas habilidades, necessárias para que ela se desenvolva integralmente em seus aspectos físico, psicológicos, intelectual e social.

Na categoria percepção de mudanças as professoras destacaram a questão das avaliações externas na Educação Infantil. Segundo elas há uma carência de análise acadêmica sobre isso, já que não há, em nível nacional, uma prática de avaliação externa na Educação Infantil, indicando que essa prática acontece a nível municipal, com a experiência da professora observada. Entretanto, percebemos que muitos autores indicam uma crítica à padronização feita nas fichas de avaliação, afirmando que a metodologia desse instrumento se baseia em informações padronizadas, não

respeitando as especificidades de cada idade, se tornando uma avaliação de caráter quantitativa, pois visa identificar apenas se o aluno alcançou o que foi objetivado, classificando-o como bom ou ruim.

Outro fator observado nesse trabalho e que possui influência na avaliação da pré-escola e no desenvolvimento dos alunos é a participação da família. Observe o que as professoras entrevistadas destacam sobre essa participação:

Sim, a criança que tem uma família presente e participativa, geralmente, apresenta uma maior evolução na construção da aprendizagem. (Professora A)

Muito, se a família participa mais ativamente na escola a criança sente que seus pais estão interessados em como estão desenvolvendo no seu processo ensino aprendizagem. (Professora B)

Sim, o aluno que tem a família presente apresenta um desenvolvimento muito melhor. (Professora C)

E muito. Hoje, principalmente nas aulas remotas, devido ao corona-vírus, podemos perceber o quanto o papel da família é importante. As crianças que tem a participação dos pais em seu processo de aprendizagem, aqueles que se envolvem, que estão presentes, tem tido um avanço muito significativo. O papel da família, dos alunos e do professor fica muito claro. O professor ensina, tira dúvidas, leva o conhecimento até a criança... As crianças reformulam o que já sabem, transformam e ampliam o seu conhecimento, se tornam protagonistas de seu próprio conhecimento... A família educa, participa junto, conhecem as dificuldades e facilidades que seus filhos apresentam em sala. Muitos pais relatam o quanto está sendo diferente ver seus filhos aprendendo... Tendo tempo para eles... Porém, as crianças que não tem esse mesmo apoio, não estão conseguindo se desenvolver adequadamente. A família é o apoio, a base para a criança progredir... Ela precisa se sentir amada, amparada, protegida. Com a autoestima, incentivo e apoio das famílias as crianças podem e estão rompendo barreiras. (Professora D)

Sobre a família nossa análise demonstra a importância da participação deles para o desenvolvimento pleno e saudável dos alunos, da mesma forma que a falta deles influencia negativamente nesse processo de aquisição de conhecimento conforme relata Lima (2009): “A parceria família-escola é fundamental para que ocorram os processos de aprendizagem e crescimento de todos os membros deste sistema, uma vez que a aprendizagem não está circunscrita a conteúdos escolares. (LIMA, 2009, p.09).

Nesse sentido, reafirmamos o quão imprescindível é a união entre a família e a escola, é a partir dessa parceria que os resultados se tornarão mais eficientes e significativos.

Enfim, podemos perceber nesse trabalho que a avaliação na Educação Infantil é essencial para guiar o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a pesquisa realizada podemos observar que no decorrer dos anos houve muitas mudanças no setor educacional, principalmente na Educação Infantil, já que vivenciamos uma compreensão e por consequência uma maior valorização da primeira infância, como fase de grande desenvolvimento e aprendizagem, o que pressupõe um processo de ensino-aprendizagem específico, que respeite as características das crianças pequenas (0 a 5 anos) e suas necessidades.

Neste sentido, notamos que a avaliação, como forma de acompanhamento do desenvolvimento infantil e do processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil vivenciou avanços, principalmente quando analisamos os apontamentos e recomendações legais e a prática docente.

É possível afirmar que a avaliação era considerada apenas um instrumento classificatório, e mesmo na pré-escola era reduzida a atribuição de notas e/ou rótulos aos alunos, examinando exclusivamente os resultados obtidos em momentos isolados, como as provas. A avaliação, nesta perspectiva, era reduzida aos acertos no desempenho do aluno e não era utilizada para a compreensão do erro e do processo de ensino-aprendizado, não possibilitando mudanças na organização de conteúdo ou ações docentes, dentro da sala de aula.

Entretanto, essa perspectiva avaliativa mudou, conforme comprovamos com nosso referencial teórico e com a pesquisa de campo, no qual pudemos analisar a prática docente de professores experientes. Atualmente a avaliação na Educação Infantil apresenta aspectos diferentes, já que é vista como um instrumento que deverá subsidiar e orientar a prática docente, a tomada de decisão sobre o processo de ensino-aprendizagem, focando o desenvolvimento pleno do aluno.

Neste sentido, as professoras aqui consideradas destacaram a importância do processo avaliativo considerar o contexto do aluno e suas características, bem como, compreender todo o processo e não apenas um produto isolado. Para as professoras a avaliação é necessária e fundamental para compreender a construção do

conhecimento e tomar decisões que direcionem a prática e que respeitem o aluno como um ser em desenvolvimento.

Entre as dificuldades apresentadas pelas participantes podemos destacar a grande quantidade de atividades extracurriculares direcionadas para a pré-escola, a ausência de participação da família, bem como, a insegurança e o medo diante do erro, como herança da perspectiva classificatória de avaliação, que também atinge os alunos pequenos.

Segundo o referencial teórico apresentado na pesquisa, reduzir a avaliação a uma ficha com questões padronizadas, que focam apenas o que o aluno atingiu ou não, é uma forma inadequada e insuficiente de contemplar todo o desenvolvimento desse aluno.

Em suma, nossa pesquisa mostrou que as práticas docentes atuais estão em consonância com as recomendações oficiais (inclusive com a Base Nacional Comum Curricular) e com a tendência de uma avaliação mediadora e formativa, que permite compreender o aluno em sua plenitude, respeitando suas características e estimulando o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. **Di retrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23/12/1996, p.27.833.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. v.1-3. Brasília, DF: MEC/SEF/Coedi, 1998.

BARBOSA, M.; HORN, M. G. S. **Organização do espaço e do tempo na escola infantil**. In: CRAIDY, M. C.; KAERCHER, G. E. P. da S. Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2004.

BASSEDAS, E. **A Avaliação e a observação**. In: BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BORBA, Fabiane I. M. de O. **Avaliação escolar para a emancipação do sujeito em uma sociedade diversificada e globalizada**. UFSM/CE/NAEES; Santa Maria, RS, Junho 2005.

CIASCA, M. I. F. L.; MENDES, D. L. L. L. **Estudos de avaliação na educação infantil**. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 20, p. 293-304, maio/ago. 2009.

GONÇALVES, M. L. S. Teamteaching: **formação em trabalho colaborativo**. In: Atas do colóquio sobre formação de professores: mudanças educativas e curriculares e os educadores/ professores? Braga: Universidade do Minho, 2004.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

_____. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 1996.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. 13.ed. Editora Ática: São Paulo, 1999.

_____. **A Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1989.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002. (Docência em formação)

_____. **A Criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O Currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**, Belo Horizonte, 2010, p. 1-14.

LIMA, Adriana F. S. de O. **Pré-Escola e Alfabetização: uma proposta baseada em P. Freire e J. Piaget**. 12ed. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

LIMA, Liliana Correia. **Interação Família Escola: Papel da Família no Processo Ensino Aprendizagem** 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2009-8.pdf>. Acesso em: 28 de Agosto de 2020.

LUCKESI, C. C. **Prática escolar: do erro como fonte de castigo ao erro como fonte de virtude.** In: LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, L. **A perspectiva de Jean Piaget.** Ideias n 2. A pré-escola e a criança, hoje, São Paulo/ Secretaria de Educação, 1988, 48-51

_____. **Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARQUES, Juracy. C. **Os caminhos do professor; incertezas, inovações, desempenhos.** Porto Alegre, Globo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.

MICARELLO, H. **Avaliação e transições na educação infantil.** Portal MEC: 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7163-2-11-avaliacao-transicoes-hilda-micarello/file>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SALGADO, Roseli Helena de Souza, SOUZA, Rosilda Silvio. Metodologia e prática do ensino de educação Infantil. jun. de 2012. Disponível em: https://docplayer.com.br/279263-Metodologia-e-pratica-do-ensino-de-educacao-infantil.html#show_full_text. Acesso em 22 ago. 2020

ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil.** Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.